



Simulado Final

ALEP

ANALISTA LEGISLATIVO
ASSESSOR LEGISLATIVO - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final ALEP (Analista Legislativo - Assessor Legislativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Legislativo - Assessor Legislativo da ALEP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ysWvJVL491NVUmRx6>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategia.ac/4sojp6>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Janaína Arruda

“Não são os homens que fazem as revoluções, as revoluções é que se servem dos homens”.

01. A relação de sentido entre as orações acima é de:

- a) Causa e consequência
- b) Explicação
- c) Conclusão
- d) Adição
- e) Oposição

“Não são os homens que fazem as revoluções, as revoluções é que se servem dos homens”.

02. Assinale a alternativa em que está presente um termo expletivo contido no texto:

- a) Não
- b) fazem as revoluções
- c) os homens que fazem as revoluções
- d) se servem dos homens”.
- e) se servem dos homens”.

O amor não é um sentimento: é uma decisão, um ato de vontade e um comprometimento existencial profundo. Os sentimentos variam, mas o amor permanece. Quem não compreendeu isso não chegou nem perto da maturidade.

03. Dentre as frases abaixo, aquela que apresenta o mesmo sentido para o pensamento empregado acima está em:

- a) Nada de bom está acontecendo, mas também nada de ruim. Um novo amor? Nem pensar. Medo, respondemos.
- b) A falta de atenção ou de amor faz a gente perceber que nem sempre é ruim ficar só.
- c) É tão ruim ver a pessoa que você ama sofrer. Pior ainda é saber que você que causou isso.
- d) Deixo na parte gelada do meu coração. Você que tanto bebeu meu amor. Você que saciou sua fome com meu carinho, acompanhado do petisco que foi minha confiança.
- e) O amor é paciente, é bondoso; o amor não é invejoso, não é arrogante, não se ensoberbece, não é ambicioso, não busca os seus próprios interesses [...]

*O amor não é um sentimento: é uma **decisão**, um ato de vontade e um comprometimento existencial profundo. Os sentimentos variam, mas o amor permanece. Quem não compreendeu isso não chegou nem perto da maturidade.*

04. A palavra destacada poderia ser substituída, sem qualquer alteração de sentido, por:

- a) Vacilação
- b) Ignávia
- c) Deliberação
- d) Hesitação
- e) Pusilanimidade

05. Dentre os termos abaixo, aqueles que apresentam a mesma sílaba tônica são:

- a) Não, decisão, é
- b) Vontade, amor, não
- c) Chegou, sentimento, decisão
- d) Profundo, vontade, maturidade
- e) Permanece, maturidade, amor

06. Um pensamento anônimo diz o seguinte: “O jovem comete o erro de achar que a educação pode substituir a experiência; o velho, que a experiência pode substituir a educação”.

A opção correta sobre a estrutura desse pensamento é:

- a) a juventude é apresentada como superior à velhice;
- b) “experiência” e “educação” são empregadas como sinônimos;
- c) “jovem” e “velho” são termos de valores opostos;
- d) o termo “educação” se refere a boas maneiras; a experiência é vista como superior à educação.

07. Um grande empresário moderno declarou: “O mundo está progredindo e os recursos tornam-se mais abundantes. Prefiro entrar em uma mercearia hoje a ir ao banquete de um rei à cem anos”.

A modificação necessária para que esse texto fique correto é:

- a) “está progredindo” deve ser substituído por “progrediu”;
- b) “tornam-se” deve ser substituído por “ficaram”;
- c) “a ir” deve ser substituído por “do que ir”;
- d) “de um rei” deve ser substituído por “real”;
- e) “à cem anos” deve ser substituído por “há cem anos”.

08. “O mundo está progredindo e os recursos tornam-se mais abundantes. Prefiro entrar em uma mercearia hoje a ir ao banquete de um rei à cem anos”.

Essa frase traz a seguinte mensagem:

- a) os tempos atuais são de crise econômica;
- b) o mundo sofre contínuas mudanças;
- c) o progresso nem sempre traz felicidade;
- d) os tempos antigos são superiores aos modernos;
- e) a produção agrícola atual é de grande abundância.

09. “Há pessoas que fazem as coisas acontecerem; há pessoas que observam as coisas acontecerem; há pessoas que comentam as coisas que acontecem”.

Esse pensamento é formulado com uma forma de oração chamada reduzida (sublinhada); se substituíssemos essa oração por uma forma desenvolvida, a opção correta seria:

- a) com que as coisas aconteçam;
- b) que as coisas acontecem;
- c) para que as coisas aconteçam;
- d) o acontecimento das coisas;
- e) que as coisas acontecessem.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

10. Um servidor da Assembleia Legislativa do Paraná apresenta inicialmente um determinado valor em reais na sua conta corrente. Desse valor, ele retirou 20% para presentear a sua filha. Do valor restante, o servidor retirou 30% para presentear a sua mulher. O valor que restou na conta corrente, como percentual do valor inicial, é:

- a) 45%
- b) 46%
- c) 50%
- d) 54%
- e) 56%

11. Em frente a um restaurante formou-se uma fila com exatamente cinco pessoas, que aguardam atendimento: Armando, Bruno, Caio, Diego e Ermenegildo, não necessariamente nessa ordem. Considere as seguintes informações:

- Ermenegildo já estava na fila quando Diego chegou;
- Antes de ser atendido, Bruno terá de aguardar o atendimento de três pessoas;
- Ermenegildo será atendido imediatamente após Caio;
- Se Caio sair da fila, Armando será o quarto a ser atendido.

A terceira pessoa da fila é

- a) Armando
- b) Bruno
- c) Caio
- d) Diego
- e) Ermenegildo

12. Clodoaldo viajou com seu carro de Criciúma a Curitiba. Saiu de Criciúma, dirigiu durante 3 horas e 45 minutos e parou por 35 minutos para almoçar. Em seguida, dirigiu diretamente para Curitiba, tendo realizado o percurso total em 7 horas e 30 minutos.

A duração da segunda parte da viagem foi de:

- a) 2h50min
- b) 2h55min
- c) 3h05min
- d) 3h10min
- e) 3h20min

13. A grandeza X é diretamente proporcional à grandeza Y e inversamente proporcional à grandeza Z . Sabe-se que quando o valor de Y é o triplo do valor de Z , o valor de X é 15.

Quando Y vale 216 e Z vale 30, o valor de X é:

- a) 18
- b) 25
- c) 36
- d) 42
- e) 48

14. Sabe-se que a sentença “Se Vicente não é concursado, então Tiago é agiota ou Breno não é surfista.” é falsa.

É correto concluir que

- a) Se Tiago não é agiota, então Breno é surfista.
- b) Se Breno é surfista, então Tiago é agiota.
- c) Vicente é concursado ou Breno não é surfista.
- d) Vicente é concursado e Tiago não é agiota.
- e) Vicente não é concursado, Tiago não é agiota e Breno não é surfista.

15. Para numerar as páginas de um livro a partir da primeira página até a última, foram utilizados 411 algarismos. O número de páginas desse livro é:

- a) 166
- b) 173
- c) 178
- d) 183
- e) 186

16. Considere verdadeira a seguinte afirmação: "Todos os concurseiros não são preguiçosos".

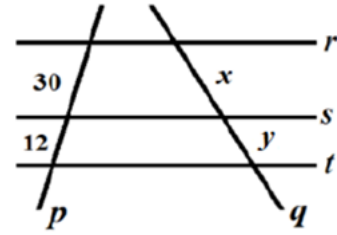
Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

1. Se Felício não é concurseiro, então é preguiçoso.
2. Se Felício não é preguiçoso, então é concurseiro.
3. Se Felício é preguiçoso, então não é concurseiro.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, V, V.
- c) F, F, V.
- d) V, V, F.
- e) V, F, F.

17. Na figura a seguir, r , s e t são retas paralelas e todas as medidas estão em centímetros.



Sabendo-se que $x + y = 35\text{cm}$, a área do trapézio cuja base maior é x , cuja base menor é 15cm e cuja altura é y , é igual a:

- a) 175 cm^2
- b) $187,5\text{ cm}^2$
- c) 200 cm^2
- d) $212,5\text{ cm}^2$
- e) 225 cm^2

18. Em uma turma com 8 alunos, as notas obtidas pelos alunos em uma prova foram:

8; 7; 4; 4; 5; 4; 5; 7

O desvio padrão das notas é:

- a) 1,25
- b) 1,50
- c) 2,00
- d) 2,25
- e) 2,50

**REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ***Tiago Zanolla*

19. Em um cenário hipotético, durante uma das sessões de estudo para um concurso público voltado ao âmbito legislativo, um grupo de candidatos se debruça sobre o regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Um dos candidatos, especializando-se em Direito Constitucional, propõe um debate acerca da estrutura organizacional e do processo eleitoral que rege a composição dos órgãos diretivos dentro desse órgão legislativo. A discussão visa elucidar, com base no regimento interno, qual das alternativas abaixo está correta.

- a) A eleição para a composição do órgão diretor ocorre de forma não simultânea para seus membros, estabelecendo uma distinção entre os processos eleitorais para o Presidente, Vice-Presidentes e Secretários.
- b) A sessão preparatória destinada à eleição dos dirigentes do órgão colegiado ocorrerá invariavelmente no dia 3 de março, independentemente de solicitações para alteração de data por parte dos parlamentares.
- c) Os membros deste órgão diretor possuem mandatos de quatro anos, com possibilidade de reeleição imediata, enfatizando a continuidade administrativa e legislativa.
- d) A composição desse órgão colegiado diretor deve observar a proporcionalidade partidária, baseada na formação dos blocos parlamentares até a data da posse, além de assegurar a representatividade feminina, visando um mandato de dois anos.
- e) Destaca-se que a Mesa da Assembleia, conforme delineado, atua exclusivamente no âmbito administrativo, deixando a condução dos trabalhos legislativos a cargo de outro órgão especificamente criado para essa finalidade.

20. Durante uma aula de direito eleitoral voltada para concursos públicos, o professor propôs uma questão sobre o funcionamento das representações partidárias e a formação de blocos parlamentares conforme o regimento de uma Assembleia Legislativa hipotética. A questão visava compreender os mecanismos de organização e as regras aplicáveis a essas representações dentro da Assembleia. Com base nos artigos e parágrafos apresentados, identifique qual das seguintes afirmativas está correta:

- a) As representações partidárias eleitas devem obrigatoriamente constituir-se em blocos parlamentares para ter representação na Casa.
- b) Um bloco parlamentar pode ser formado por qualquer número de Deputados, não existindo um limite mínimo para sua constituição.
- c) Ao formar um bloco parlamentar, as lideranças dos partidos envolvidos mantêm todas as suas prerrogativas regimentais sem alteração.
- d) Os blocos parlamentares têm uma existência permanente, não estando limitados ao período de uma legislatura específica.
- e) A constituição de um bloco parlamentar deve ser apresentada à Mesa para registro e publicação, e sua existência é limitada à legislatura vigente.

21. Em uma oficina de capacitação para novos servidores da Assembleia Legislativa, a instrutora Mariana decidiu criar um exercício para testar o entendimento dos participantes sobre a composição da Mesa, o órgão diretivo dos trabalhos legislativos. Para isso, ela elaborou uma questão que descreve a estrutura da Mesa conforme estabelecido pelo regimento interno. Com base no Art. 24 do regimento, que descreve os componentes da Mesa da Assembleia Legislativa, identifique a alternativa correta:

- a) A Mesa é constituída apenas pelo Presidente, pelo 1º Vice-Presidente e pelo 1º Secretário, representando a máxima autoridade da Assembleia.
- b) A composição da Mesa limita-se a cargos de Presidência e Vice-Presidência, excluindo-se os Secretários da sua estrutura organizacional.
- c) A Mesa inclui, entre seus membros, um Diretor-Geral e um Coordenador Administrativo, além dos Vice-Presidentes e Secretários.
- d) Os membros da Mesa são eleitos para representar exclusivamente os interesses dos partidos com maior número de assentos na Assembleia.
- e) A Mesa da Assembleia Legislativa é composta de Presidente, três Vice-Presidentes, e cinco Secretários, conforme a ordem de precedência estabelecida.

22. Durante uma sessão de estudos focada no regimento interno da Assembleia Legislativa, um grupo de aspirantes a cargos públicos se deparou com um artigo que detalha os tipos de sessões realizadas pela Assembleia. Intrigados com a diversidade e especificidades de cada tipo de sessão, decidiram criar uma questão para testar seu entendimento sobre o assunto. Considerando os artigos 115, 116 e 117 do regimento interno, avalie as afirmativas a seguir e assinale a opção correta:

- a) Sessões preparatórias ocorrem apenas no início da primeira sessão legislativa, com o propósito exclusivo de posse dos deputados eleitos.
- b) Sessões ordinárias são agendadas exclusivamente para os dias úteis de segunda a sexta-feira, durante todo o ano legislativo.
- c) Sessões extraordinárias são aquelas convocadas fora do horário habitual das sessões ordinárias e incluem sessões solenes ou especiais para homenagens.
- d) As sessões da Assembleia são, por regra, realizadas a portas fechadas, somente sendo públicas mediante decisão judicial.
- e) Sessões ordinárias têm um período de duração fixo e inalterável, iniciando-se às 14h30 e terminando obrigatoriamente quatro horas e trinta minutos depois.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ*Emerson Bruno*

23. Theobaldo está no 5º período da Faculdade de Direito da UFPR e é estagiário na Procuradoria da ALEP. Instado a fazer um estudo sobre as competências da Assembleia Legislativa, o estagiário conclui que não é competência privativa da ALEP.

- a) Fixar os subsídios do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado.
- b) Aprovar, por maioria absoluta, a exoneração de ofício do Procurador-Geral de Justiça, antes do término de seu mandato, na forma da lei complementar respectiva.
- c) Autorizar plebiscito e referendo, na forma da lei.
- d) Legislar sobre a transferência temporária da sede do Governo Estadual.
- e) Processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade.

24. O Deputado Estadual Admilson Polanski não compareceu de forma injustificada à terça parte das sessões ordinárias da ALEP durante a sessão legislativa. Conforme previsto na Constituição do Estado, o Deputado Estadual:

- a) Perderá o mandato por declaração da Mesa, de ofício ou mediante a provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.
- b) Poderá perder o mandato por decisão da maioria absoluta dos membros da ALEP, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembleia Legislativa.
- c) Poderá perder o mandato por decisão de dois terços dos membros da ALEP, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembleia Legislativa.
- d) Perderá o mandato por decisão de um terço dos membros da ALEP, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembleia Legislativa.
- e) Poderá perder o mandato por decisão da maioria absoluta da Mesa da ALEP, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembleia Legislativa.

25. O líder da Confederação Agropecuária de Francisco Beltrão entende que determinados pontos da Constituição Estadual atrapalham o desenvolvimento agrícola da região e dos produtores rurais do Estado como um todo. Consciente de que o poder emana do povo, resolve coletar assinaturas para uma iniciativa popular para alteração do texto da Constituição do Estado, mediante Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Sobre o tema, marque a afirmativa CORRETA.

- a) A iniciativa popular de PEC está expressamente prevista na Constituição Paranaense, sendo necessário a coleta de assinaturas de 5% do eleitorado estadual.
- b) A iniciativa popular de PEC está implicitamente prevista na Constituição Paranaense, visto que de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros, poderá encaminhar a proposição de PEC.
- c) A iniciativa popular para qualquer proposição legislativa não está prevista na Constituição Estadual, mas apenas na Constituição Federal.
- d) Inexiste iniciativa popular para proposta de emenda à Constituição Estadual, devendo a autoria da PEC ser de $\frac{1}{3}$, no mínimo, da ALEP, do Governador do Estado ou de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
- e) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de proposição, subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta Municípios, com um por cento de eleitores inscritos em cada um deles.

26. Atos normativos primários são aqueles que buscam a sua fundamentação diretamente no texto constitucional. Diante disso, não constitui um ato normativo primário no processo legislativo regulado pela Constituição do Estado do Paraná:

- a) As emendas à Constituição.
- b) As leis delegadas.
- c) Os decretos legislativos.
- d) As leis ordinárias.
- e) As Medidas Provisórias.

HISTÓRIA DO ESTADO DO PARANÁ

Marco Túlio

27. O processo de colonização do território paranaense pode ser dividido em três áreas histórico-culturais distintas: o Paraná Tradicional, cuja ocupação se iniciou no século XVII; o Norte do Paraná, colonizado a partir do século XIX; e a frente de colonização do sulista, formada em meados da década de 1950.

A respeito das diferentes frentes de ocupação verificadas ao longo da história no Paraná, considere as afirmativas abaixo.

I. A ocupação do Paraná Tradicional foi estimulada pelo desenvolvimento da atividade mineradora na região, bem como pelo tropeirismo e a formação de criatórios de gados ligados ao caminho do Viamão.

II. A segunda área de ocupação do Paraná, que corresponde ao Norte do Estado, foi estimulada pela expansão da cafeicultura na região, e, antes disso, pela entrada de imigrantes, paulistas e mineiros.

III. A última área de ocupação, que corresponde às regiões sudoeste e oeste paranaenses, foi marcada por graves conflitos fundiários que envolveram pequenos proprietários, indígenas e empresas colonizadoras.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

28. As afirmativas a seguir reconstituem corretamente o processo de emancipação política do atual Estado do Paraná, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A busca pela autonomia política do Paraná, que correspondia à 5ª Comarca da Província de São Paulo no início do século XIX, foi intensificada quando parcelas da população questionaram o abandono da região legado pelas autoridades locais.
- b) Em 1821, o capitão Bento Viena liderou uma conspiração separatista em Paranaguá, o que estimulou um violento conflito armado entre o Regimento de Milícias, apoiado por populares, e as forças ligadas ao governo de São Paulo.
- c) A não adesão das elites paranaenses aos levantes armados ocorridos nas províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul contribuiu para que autoridades ligadas ao poder central se comprometessem com a causa separatista da região.
- d) Os parlamentares paulistas, que constituíram a principal frente de oposição à emancipação do território paranaense no Parlamento, não conseguiram impedir que o Senado aprovasse a criação da província do Paraná, em agosto de 1853.
- e) A Lei nº 704, sancionada por D. Pedro II em 29 de agosto de 1853, foi a responsável pela criação da Província do Paraná, enquanto a posse de seu primeiro presidente, Zacarias de Góis e Vasconcelos, ocorreu em dezembro do mesmo ano.

GEOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ

Priscila Lima

29. O estado do Paraná apresenta inúmeras particularidades quando pensamos suas condições físicas e naturais. Dessa forma, assinale a alternativa correta.

- a) O predomínio do processo de sedimentação torna o Paraná um estado marcado por muitos planaltos e com ausência de planícies, logo, seus rios são naturalmente propícios à geração de energia hidráulica.
- b) O Primeiro Planalto (Planalto de Curitiba) é marcado por uma estrutura sedimentar formada no Mesozoico e apresenta elevada precipitação – cenário que favorece a formação de aquíferos.
- c) Disposto entre a Escarpa Devoniana e a Serra Geral, o Planalto de Ponta Grossa está disposto em uma estrutura sedimentar, assim sustenta as principais áreas produtoras de insumos energéticos do estado.
- d) O Paraná se encontra integralmente sob o domínio do clima subtropical, logo, sofre influência apenas de massas de ar frias, assim a porção mais quente e de maior precipitação está no noroeste do estado.
- e) Dentre os rios totalmente paranaenses destacamos o Ivaí e o Iguaçu, ambos disposto no sul do estado e por cortar horizontalmente diferentes planaltos são excelentes para a navegação e geração de energia.

30. O processo de formação econômica do Paraná é um importante caminho para entendermos a estrutura demográfica local. Dessa forma, conhecendo os aspectos históricos e atuais da produção no estado e a sua dinâmica populacional, assinale a alternativa correta

- a) A consolidação do Paraná como uma potência agrícola se deu a partir da primeira expansão agrária em seu território que fora feita pelos grãos que vieram, principalmente, do Rio Grande do Sul em um contexto de crise da manufatura. Atualmente o estado é o maior produtor nacional de soja e erva-mate.
- b) O processo de urbanização do Paraná foi intensificado a partir da década de 1970, momento conhecido pela grande crise da produção de soja associada à geadas negras. Com o enfraquecimento agropecuário, houve uma intensificação da industrialização atraindo mais pessoas para a cidade.
- c) Estado marcado pela imigração europeia, o Paraná teve a chegada de holandesa, presente no interior e Norte, como responsável pela formação de importantes cooperativas que influenciaram a economia local, como por exemplo a cooperativa Batavo, importante nome na produção de laticínios.
- d) Considerando os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Paraná, é importante destacar a produção concentrada especialmente em Maringá, realidade que é fruto da desconcentração industrial brasileira promovida a partir da década de 1970, onde a automobilística é o principal destaque.
- e) Considerando os dados apresentados pelo Censo de 2022, os três municípios mais populosos do estado são, respectivamente: Curitiba, Ponta Grossa e Maringá. Quanto à autodeclaração de cor ou raça, o Paraná segue o perfil brasileiro apresentando um predomínio da população parda.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**REDAÇÃO OFICIAL***Luiz Felipe*

31. Assinale a alternativa que não apresenta um tipo de correspondência oficial que conste no Manual de Redação da Presidência da República.

- a) Mensagem
- b) Ofício-circular
- c) Ata
- d) Certidão
- e) Atestado

32. Assinale a alternativa que apresenta a concordância adequada referente aos verbos e pronomes possessivos, de tratamento e adjetivos em documentos oficiais.

- a) Vossa Excelência sereis atendida.
- b) Vossa Excelência serás atendida.
- c) Vossa Excelência será atendido.
- d) Vossa Excelência nomearás teu sucessor.
- e) Vossa Excelência nomeareis seu sucessor.

33. A Redação Oficial pode ser entendida como a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos. Com base no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cuja terceira edição foi publicada em 2018, aplicado à Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O vocativo utilizado para o Presidente da República é "Excelentíssimo Senhor Presidente da República".
- b) No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- c) Na grafia de datas em um documento, deve constar o nome da cidade onde foi expedido o documento seguido da unidade da federação.
- d) No endereçamento de documentos enviados ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, o tratamento adequado é "A Vossa Excelência o Senhor".
- e) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a moralidade é um dos atributos da Redação Oficial.

34. Em certa ocasião, o Presidente da República encaminhou uma medida provisória ao Congresso Nacional visando à manutenção de programas sociais voltados à população de baixa renda. O documento emitido trata-se de um instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos. Qual documento é esse?

- a) Ofício
- b) Exposição de Motivos
- c) E-mail
- d) Mensagem
- e) Aviso

35. De acordo com os atributos da Redação Oficial, assinale a alternativa incorreta.

- a) É necessário buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto.
- b) Utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, contribui para a clareza do texto.
- c) As comunicações oficiais não possuem um padrão de linguagem.
- d) Deve ser concisa; apresentar economia de pensamento e a eliminação de certas partes que não sejam necessárias.
- e) O atributo da precisão complementa a clareza e caracteriza-se por manifestação do pensamento ou da ideia com as mesmas palavras, evitando sinônimos.

TÉCNICA LEGISLATIVA

Emerson Bruno

36. Bianca é estagiária da Câmara Municipal de Limoeiro do Oeste. No âmbito de suas atribuições está auxiliar os vereadores do município sobre a elaboração e a redação das proposições que tramitam pela casa legislativa. Para tanto, consulta regularmente a LC 95/98, também conhecida como Lei do Processo Legislativo. Ao realizar seus estudos sobre o tema, a estagiária conclui de forma incorreta que:

- a) No processo legislativo federal, as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração sequencial em continuidade às séries iniciadas em 1946.
- b) A parte preliminar da lei compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas.
- c) A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.
- d) A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.
- e) A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de grande repercussão.

- 37.** Os estudantes da Faculdade de Direito de Paranaguá são incentivados a visitar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP, de modo a aumentar seus conhecimentos sobre o processo legislativo. Após uma palestra sobre Técnica Legislativa no âmbito da LC 95/98, os estudantes precisam elaborar um relatório sobre a articulação e redação das leis. O relatório não poderá conter a seguinte afirmativa:
- a) Os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens.
 - b) Os incisos serão representados por algarismos arábicos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos romanos.
 - c) A unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste.
 - d) Os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso.
 - e) Os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso.
- 38.** De acordo com a Lei do Processo Legislativo (LC 95/98), a alteração da lei será feita:
- a) Mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável.
 - b) Mediante revogação parcial ou total.
 - c) Mediante revogação parcial.
 - d) Por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado.
 - e) Por meio de acréscimo de dispositivo novo.
- 39.** Sobre a articulação das leis prevista na Lei Complementar 176/2014, a matéria a ser tratada na lei deverá ser desenvolvida, conforme a necessidade, obedecendo à seguinte ordem:
- a) o artigo; o parágrafo; o inciso; a alínea; o item.
 - b) o artigo; o parágrafo; a alínea; o inciso; o item.
 - c) o artigo; o inciso; parágrafo; a alínea; o item.
 - d) o artigo; o parágrafo; o item; o inciso; a alínea.
 - e) o artigo; o item; o parágrafo; o inciso; a alínea.
- 40.** Segundo a LC 176/2014, as disposições normativas serão redigidas com clareza, observado o seguinte quanto ao obtenção desta, EXCETO:
- a) Usar uma ou duas frases por artigo, de forma curta e concisa.
 - b) Usar as palavras e expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando.
 - c) Construir as orações na ordem direta, evitando o preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis.
 - d) Buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo futuro do presente ou presente do indicativo.
 - e) Usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

41. Em razão das rigorosas chuvas que assolaram dado Estado brasileiro, os serviços públicos foram seriamente comprometidos, e a capacidade das estruturas estatais de poder para assegurar a paz social foi sensivelmente afetada, daí decorrendo uma grave onda de crimes contra a propriedade, com o crescimento generalizado da violência. Em razão da gravidade da situação, cogitou-se da possibilidade de ser decretado o estado de defesa ou o estado de sítio no Estado Alfa.

À luz dessa narrativa e da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- a) apenas o estado de defesa poderia ser decretado, pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por igual período, não o estado de sítio, o que seria feito pelo presidente da República, com posterior apreciação do Congresso Nacional;
- b) apenas o estado de defesa poderia ser decretado, pelo prazo inicial máximo de sessenta dias, não o estado de sítio, já que este tem caráter subsidiário em relação àquele, o que seria feito pelo presidente da República, com posterior apreciação do Congresso Nacional;
- c) tanto o estado de defesa como o estado de sítio poderiam ser decretados, pelo prazo máximo de sessenta dias, distinguindo-se em relação às restrições que podem ser impostas, o que seria feito pelo presidente da República, com posterior apreciação do Congresso Nacional;
- d) tanto o estado de defesa como o estado de sítio poderiam ser decretados, pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por igual período, distinguindo-se em relação às restrições que podem ser impostas, o que seria feito pelo presidente da República, após prévia autorização do Congresso Nacional;
- e) apenas o estado de sítio poderia ser decretado, pelo prazo máximo de sessenta dias, pelo presidente da República, após prévia autorização do Congresso Nacional, considerando que, apesar de os eventos terem se originado de calamidade de grandes proporções da natureza, a onda de crimes gerou grave comoção institucional e social.

42. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Alfa praticou ato que, ao ver do Deputado Estadual João, era manifestamente contrário à Constituição Estadual e ao Regimento Interno da Casa Legislativa, o que o levou a impetrar mandado de segurança perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça. A ordem, no entanto, foi denegada com base em um argumento manifestamente contrário à Constituição da República.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que, em sendo preenchidos os demais requisitos exigidos

- a) não é cabível a interposição de recurso a nenhum tribunal nacional, considerando que as normas discutidas na impetração têm natureza estadual.
- b) pode ser interposto recurso especial, a ser processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) pode ser interposto recurso extraordinário, a ser processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) pode ser interposto recurso ordinário a ser processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) pode ser impetrado mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal.

43. Nos termos do art. 5º, XXXII, da Constituição Federal, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. O mencionado preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia

- a) plena e aplicabilidade imediata.
- b) limitada de princípio programático.
- c) contida e aplicabilidade imediata.
- d) plena e aplicabilidade diferida.
- e) limitada de princípio institutivo.

44. Maria e José, pais de Pedrinho, de quatro anos, decidiram que não iriam vacinar o seu filho contra a doença X, mesmo se tratando de vacina testada, com aplicação obrigatória definida em lei e incluída no Programa Nacional de Imunizações, por motivo de convicção filosófica. A escola de Pedrinho solicitou que os pais realizassem o quanto antes a imunização do filho, alertando para possíveis consequências jurídicas pela não vacinação.

Indignados com a mensagem da escola, Maria e José procuraram um advogado para que os orientasse sobre as suas escolhas à luz da ordem constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o que lhe foi respondido corretamente que:

- a) É legítima a decisão dos pais em decorrência do exercício do poder familiar;
- b) É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, em respeito a liberdade de consciência.
- c) É ilegítima a decisão dos pais de não vacinarem seu filho menor, devendo ser determinada a vacinação forçada da criança.
- d) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação, uma vez que é constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina testada, aprovada e registrada, desde que sua aplicação obrigatória determinada em lei ou seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico.
- e) É legítima a recusa dos pais, uma vez que é inconstitucional a vacinação compulsória no Brasil.

45. Maria e José, estudiosos do Direito Constitucional e odiadores do Direito Administrativo, travaram intenso debate a respeito das competências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, ao final concluíram que de acordo com a CF/88, compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- b) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- c) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- d) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- e) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

- 46.** Maria, deputada estadual, solicitou que sua assessoria jurídica elaborasse projeto de lei a respeito de certa matéria, conforme as diretrizes que estabeleceu. Ato contínuo, a assessoria esclareceu que a referida matéria se enquadrava no conceito constitucional de competência legislativa concorrente, o que significa dizer que o projeto a ser elaborado:
- a) somente pode disciplinar a matéria se a União tiver editado normas gerais a respeito da respectiva temática;
 - b) pode disciplinar a matéria, mas deve observar as normas gerais editadas pela União e, à falta destas, será pleno o espaço de conformação do Poder Legislativo estadual;
 - c) pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com normas federais, deve prevalecer a norma estadual, considerando o princípio da especificidade do interesse;
 - d) pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com a norma geral editada posteriormente pela União, a norma estadual será considerada revogada;
 - e) pode disciplinar a matéria, caso venha a ser autorizado pela União, devendo prevalecer a norma de maior hierarquia caso haja conflito com normas federais ou municipais.
- 47.** Lucy, filha da Governadora do Estado Alfa, pretendia iniciar a sua carreira política na próxima eleição municipal. Com o propósito de verificar a existência de algum óbice à realização desse objetivo, consultou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que, com abstração dos demais requisitos exigidos
- a) em razão do cargo ocupado por sua mãe, ela não poderá concorrer a qualquer cargo eletivo na eleição municipal, independentemente da localização do Município.
 - b) em razão do cargo ocupado por sua mãe, ela apenas não poderá concorrer na eleição a cargos eletivos de Municípios situados no território do Estado Alfa.
 - c) em razão do cargo ocupado por sua mãe, ela apenas não poderá concorrer a cargos eletivos de Chefia do Poder Executivo municipal.
 - d) em razão do cargo ocupado por sua mãe, ela está com os direitos políticos suspensos até o fim do respectivo mandato.
 - e) caso esteja no pleno exercício dos direitos políticos, ela pode concorrer em qualquer eleição municipal.

48. Helena possui um contrato com uma Autarquia federal, o contrato apresenta cláusulas peculiares não comum em contratos do seu ramo. Interessada pelo cenário político, Helena decidiu concorrer ao cargo de Senadora e para tanto consultou um advogado a respeito da existência ou não de alguma vedação a sua candidatura em decorrência da existência do contrato, o advogado respondeu corretamente que:

- a) se eleita, Helena, desde a posse, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- b) não há óbice à continuidade do contrato, por se tratar de atividade privada e essencialmente lícita.
- c) se eleita, Helena, desde a proclamação dos eleitos, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- d) se eleita, Helena, desde a expedição do diploma, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- e) não há óbice à continuidade do contrato, desde que Helena se abstenha de votar a respeito de proposições que tangenciem o seu objeto.

49. Após grande mobilização, um grupo de vinte e cinco Senadores apresentou proposta de emenda constitucional visando à extinção dos municípios da federação brasileira, o que era justificado pela necessidade de reduzir o elevado nível das despesas públicas.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que a proposta

- a) apresenta, como única irregularidade, um vício de iniciativa, não devendo ser objeto de votação no âmbito do Poder Legislativo.
- b) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em quatro turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) apresenta, como única irregularidade, a afronta a um limite material de reforma constitucional, não devendo ser objeto de deliberação no âmbito do Poder Legislativo.
- e) apresenta vício de iniciativa, não devendo ser objeto de deliberação no âmbito do Poder Legislativo, e ainda afronta um limite material de reforma constitucional.

50. Em razão de uma crise de saúde pública de âmbito nacional, o Presidente da República recebeu sugestão de um assessor no sentido de que a melhor opção seria a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto na Constituição da República de 1988.

De acordo com o referido assessor, essa medida:

1. é decretada pelo Presidente da República, com posterior apreciação do Congresso Nacional;
2. durante a vigência dessa medida, todos os entes federativos devem adotar regime extraordinário fiscal; e
3. durante a integralidade do exercício financeiro em que vigore essa medida, podem ser realizadas operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.

Considerando os balizamentos oferecidos pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar, em relação às assertivas do assessor, que

Alternativas

- a) todas são compatíveis com a ordem constitucional.
- b) apenas as assertivas 1 e 2 são compatíveis com a ordem constitucional.
- c) apenas as assertivas 2 e 3 são compatíveis com a ordem constitucional.
- d) apenas a assertiva 1 é compatível com a ordem constitucional.
- e) apenas a assertiva 3 é compatível com a ordem constitucional.

51. Tício, filiado ao Partido Político Beta, foi eleito Senador. Logo após a proclamação dos eleitos, tomou conhecimento de que Beta não alcançara a denominada “cláusula de desempenho”, prevista na Constituição da República de 1988. Em razão disso, aflito com essa situação, consultou um advogado acerca da possibilidade de, após a sua posse, se desligar de Beta e se filiar a outro partido político que tenha atingido a cláusula de desempenho, mas preservando o mandato obtido. O advogado respondeu corretamente que o objetivo apresentado por Tício:

- a) não é amparado pela ordem constitucional, pois, nas eleições proporcionais, o mandato é outorgado ao partido político, não ao candidato eleito, o que impede a filiação a novo partido político sem a perda do mandato.
- b) não é amparado pela ordem constitucional, salvo se o não atingimento da “cláusula de desempenho” configurar justa causa, prevista em lei, o que permitirá o desligamento independente da aquiescência de Beta.
- c) é amparado pela ordem constitucional, mas a nova filiação não será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.
- d) não é amparado pela ordem constitucional, pois o não atingimento da “cláusula de desempenho” somente produz efeitos em relação ao funcionamento parlamentar na Casa legislativa, não tendo relação com o mandato de Tício.
- e) é amparado pela ordem constitucional, desde que haja anuência de Beta, e a nova filiação será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

52. Michael, funcionário público, com o apoio de seus colegas servidores, foi eleito Senador, representando o Estado de Gama. Entre suas novas atribuições, caberá a ele votar em importantes projetos que tramitam no Congresso Nacional. Nesse cenário, considerando a repartição de competências delineada pela Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre:

- a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- b) organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- c) direito civil, comercial, penal, processual e econômico.
- d) proteção à infância e à juventude.
- e) proteção e tratamento de dados pessoais.

53. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

54. Maria, concurseira, solicitou que Ana, sua colega, lhe explicasse algumas características das competências recursais do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com Ana:

- 1. os recursos de competência do Supremo Tribunal Federal são apenas os de fundamentação vinculada;
- 2. nenhuma sentença proferida por órgão jurisdicional de primeira instância pode ser objeto de recurso a ser julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal; e
- 3. acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores não podem ser objeto de recurso direcionado ao Supremo Tribunal Federal.

Adriane, professora de Direito Constitucional, ao ouvir as afirmações de Ana, concluiu corretamente que

- a) todas estão certas.
- b) todas estão erradas.
- c) apenas a informação 2 está errada.
- d) apenas as afirmações 2 e 3 estão erradas.
- e) apenas as afirmações 1 e 3 estão erradas.

55. Um grupo de vereadores, que formava o bloco da minoria na Câmara Municipal de Alfa, ficou irredimido com o processo legislativo que resultou na sanção, pelo prefeito municipal, da Lei nº XX. No entender dos vereadores, esse diploma normativo afrontava normas de natureza fundamental da Constituição da República de 1988, que são de reprodução obrigatória na Constituição do Estado, apesar dessas normas não terem sido reproduzidas na Constituição do Estado Beta, em cujo território o Município Alfa estava localizado. Embora desejassem que a Lei nº XX fosse submetida ao controle de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, tinham dúvidas sobre essa possibilidade, bem como em relação aos respectivos legitimados.

Considerando as dúvidas existentes, procuraram um advogado, que lhes informou, corretamente, que a Lei nº XX

- a) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- b) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- c) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;
- d) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;

e) somente terá sua inconstitucionalidade examinada pelo Tribunal de Justiça de Beta por meio do incidente de arguição de inconstitucionalidade, o que ocorrerá em sede de controle difuso de constitucionalidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

56. Os princípios são axiomas ou premissas fundamentais que estabelecem bases sólidas e garantem a confiabilidade de um conjunto de juízos organizados dentro de um sistema conceitual relacionado a uma determinada esfera da realidade. O princípio que não se encontra expressamente enunciado na lei maior é:

- a) Eficiência
- b) Publicidade
- c) Impessoalidade
- d) Razoabilidade
- e) Legalidade

57. É quase um consenso doutrinário a afirmação de que o princípio da legalidade possui como marco formal a Magna Carta inglesa do ano de 1215, imposta pelos Barões e pelo Clero ao Rei João sem Terra com o objetivo de limitar os seus poderes. Doravante, o princípio também se manifestou no Petition of Rights de 1628, Habeas Corpus Act de 1679, Bill of Rights de 1690, Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do cidadão de 1789 e na Constituição Americana de 1787.

No âmbito do Direito Administrativo, o Princípio da Legalidade estabelece que:

- a) É viável realizar tudo aquilo que não é proibido pela lei.
- b) Todo ato administrativo é absolutamente presumido como legítimo.
- c) O princípio da legalidade impõe que os agentes públicos estão submetidos apenas às leis formais.
- d) Os agentes públicos apenas podem agir quando a lei autorizar ou determinar.
- e) Nos atos administrativos, é imprescindível apresentar sua fundamentação.

58. *O interesse público é indisponível e, caso seja necessário que o administrador se valha de tais poderes para cumprir a sua função, deverá exercê-los, haja vista que os poderes administrativos constituem verdadeiros poderes-deveres e não uma mera faculdade.* Identifique a alternativa que apresenta um dever imposto aos agentes públicos:

- a) Dever de eficiência.
- b) Dever de coerência.
- c) Dever de pagar bem.
- d) Dever de subordinação absoluta às autoridades superiores.
- e) Dever de improbidade.

59. O Professor José dos Santos Carvalho Filho conceitua os poderes administrativos como “o conjunto de prerrogativas de Direito Público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”. Em relação aos poderes administrativos que a Administração detém, é apropriado afirmar que:

- a) Ao contrário dos poderes políticos, que têm uma natureza constitucional e estruturante, os poderes administrativos são considerados instrumentais.
- b) O poder discricionário é equivalente ao poder arbitrário.
- c) Do poder regulamentar derivam as prerrogativas de delegação e avocação de competências públicas.
- d) Não é admitida a delegação do exercício de poder de polícia de trânsito às guardas municipais, exceto no que se refere a atos decorrentes de consentimento e fiscalização.
- e) O poder disciplinar é limitado aos agentes públicos que cometem infrações, não abrangendo particulares, mesmo que exista um vínculo especial entre eles e a Administração.

60. A cidade X oferece serviços de transporte coletivo para seus cidadãos e adotou um sistema de tarifação variada, levando em consideração a renda dos passageiros. Esta medida visa a promover uma distribuição mais equitativa, especialmente beneficiando os residentes participantes de programas sociais governamentais. No presente caso, a iniciativa da administração municipal:

- a) A ação é justificada, uma vez que tarifas distintas podem ser aplicadas com base na capacidade financeira dos usuários.
- b) A ação é inválida, contanto que não haja isenção de tarifas, pois isso violaria o princípio da proporcionalidade.
- c) A ação é considerada ilegítima, uma vez que as tarifas devem ser uniformes, em conformidade com o princípio da igualdade perante a lei.
- d) A ação é considerada ilegítima, pois viola o princípio da razoabilidade.
- e) É ilegítima, pois viola o princípio da modicidade.

61. Podem ser apontados como serviços públicos sob a responsabilidade dos Municípios, conforme estabelecido pela Constituição Federal e interpretado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Telecomunicações.
- b) Abastecimento de água.
- c) Transporte ferroviário.
- d) Gás canalizado.
- e) Radiofusão sonora, e de sons e imagens.

62. X, o Governador do Estado Y, ao constatar o aumento significativo do garimpo ilegal em sua região, buscou orientação da assessoria jurídica quanto à criação de uma entidade da Administração Pública indireta. Essa entidade seria responsável por auxiliar na fiscalização do Estado, em colaboração com o IBAMA, e teria personalidade jurídica de direito público, com atribuições típicas da Administração Pública. A resposta da assessoria foi que o tipo de entidade adequada para essas funções é:

- a) Subsidiária de uma empresa pública, a qual deve ser estabelecida por meio de decreto.
- b) Empresa pública, que deve ser estabelecida mediante autorização legal.
- c) Sociedade de economia mista, cuja constituição deve ser formalizada por meio de legislação.
- d) Fundação pública, cuja criação é estabelecida por meio de decreto.
- e) Autarquia, cuja instituição é estabelecida por lei.

63. O Município A estabeleceu a sociedade de economia mista B, com base em autorização legal, cujo capital social é predominantemente público. A finalidade desta entidade é realizar atividades econômicas abrangentes, na comercialização e venda de produtos. Levando-se em consideração o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) a entidade criada poderá exercer o poder de polícia no respectivo setor de atuação.
- b) sociedades de economia mista, por possuírem personalidade jurídica de direito privado, não podem exercer o poder de polícia.
- c) entidades de direito privado não podem exercer o poder de polícia.
- d) é constitucional delegar o poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado que façam parte da Administração Pública indireta, cujo capital social seja majoritariamente público, desde que elas forneçam exclusivamente serviços públicos inerentes à atuação estatal e operem em um ambiente não competitivo.
- e) entidades que fazem parte da Administração Pública indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado, como B, não têm permissão para explorar atividade econômica.

64. A partir do controle da administração sobre as licitações públicas, examine os itens a seguir.

I - Sem dúvida, um dos principais progressos na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos diz respeito ao controle das contratações públicas.

II - As contratações públicas podem estar sujeitas a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e controle preventivo, incluindo o uso de tecnologia da informação.

III - O controle das contratações públicas é uma atividade contínua, desde o planejamento até a execução completa do contrato, sempre incluindo a participação do controle social.

As afirmações estão corretas em:

- a) I, apenas.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) Nenhum item.
- e) III, apenas.

65. A Lei nº 14.133, datada de 1º de abril de 2021, define diretrizes gerais para licitações e contratações na esfera da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sendo comumente referida como a Nova Lei de Licitações.

Conforme as diretrizes estabelecidas por essa legislação, as modalidades de licitação são:

- a) concorrência, registro de preços, leilão, concurso e convite.
- b) pregão, concorrência, tomada de preços, leilão e concurso.
- c) concorrência, diálogo competitivo, leilão, pregão e concurso.
- d) registro de preços, concorrência, leilão, pregão e tomada de contas.
- e) pregão, credenciamento, diálogo competitivo, registro de preços e concorrência.

66. Doquinha, agente do órgão de fiscalização sanitária do município, realizava inspeção de rotina em algumas casas de carne do centro da cidade. Por coincidência, percebeu que estava fiscalizando o açougue de Coxinha, um desafeto de infância. Ainda que não tenha encontrado qualquer irregularidade no açougue de Coxinha, Doquinha optou por lavrar um auto de infração, valendo-se da oportunidade para retaliar o desafeto.

Analisando-se o caso apresentado, constata-se que Doquinha violou alguns princípios básicos da Administração Pública, a saber:

- a) Legalidade e pessoalidade.
- b) Segurança jurídica e autotutela.
- c) Razoabilidade e publicidade.
- d) Moralidade e impessoalidade.
- e) Isonomia e competitividade.

67. Doquinha, Prefeito do Município de Fabianolândia, após reunião com alguns secretários, decidiu que seria realizada a delegação do serviço público de transporte urbano, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Levando-se em consideração as informações contidas no enunciado, pode-se afirmar que deverá ser utilizada a delegação do serviço mediante

- a) permissão
- b) autorização
- c) concessão
- d) parceria público privada
- e) licença

68. Doquinha, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado de Fabianópolis, possuía informações privilegiadas sobre medida política que alteraria o preço de uma mercadoria que seu primo Coxinha comercializava. Com o fim de evitar que seu primo fosse surpreendido, Doquinha lhe comunicou sobre o teor da medida.

Considerando essa situação hipotética e com base na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) Coxinha não poderá sofrer qualquer penalidade, pois a Lei de Improbidade Administrativa aplica-se somente aos agentes públicos.
- b) A ação de Doquinha configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, desde que tenha sido praticada de maneira dolosa.
- c) Comprovado que agiu de modo culposos, Doquinha estará sujeito, dentre outras sanções, à perda da função pública.
- d) A representação feita à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato praticado por Doquinha deverá ser feita exclusivamente por órgão de controle interno.
- e) A conduta de Doquinha caracteriza ato de improbidade administrativa, ainda que tenha agido de maneira culposa, cuja sanção será, dentre outras, de pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração por ele percebida.

69. A respeito dos elementos do ato administrativo, é correto afirmar que

- a) a competência, que poderá ser objeto de renúncia, designa o agente público que estará encarregado da edição do ato.
- b) a finalidade é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento para a edição do ato administrativo.
- c) o motivo determina que o ato deve atingir o interesse público não podendo ser utilizado com o objetivo de satisfazer vantagem particular.
- d) motivo e motivação representam expressões jurídicas sinônimas e estabelecem a necessidade de expor, no próprio ato, as circunstâncias que motivaram sua edição.
- e) a forma, que é requisito vinculado do ato administrativo, pode ser entendida, em sentido estrito, como a exteriorização do ato administrativo, isto é, o modo pelo qual ele se apresenta ao mundo jurídico.

70. A lei nº 14.133/2021 estabelece que os contratos administrativos

- a) poderão ter como modalidade de garantia a caução em dinheiro, vedada a fiança bancária.
 - b) não necessitam ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas para que possuam eficácia.
 - c) poderão ser extintos pelo contratado, quando houver suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a dois meses.
 - d) não poderão ser extintos por decisão arbitral, ainda que em decorrência de cláusula compromissória.
 - e) poderão ser alterados unilateralmente pela administração quando houver modificação do projeto.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
